

# Câmara decide valor de taxas para uso de área pública

Rodrigo Ledo  
de Brasília

Os comerciantes que esperavam ver aprovada ontem, na Câmara Legislativa, a diminuição das taxas cobradas pelo GDF para utilização de áreas públicas terão de esperar pelo menos até amanhã para ver resolvida a questão.

A apreciação do veto do governador Joaquim Roriz ao projeto que reduz as taxas, de autoria dos deputados Alírio Neto (PPS) e Wilson Lima (PSD), foi transferida para quinta-feira, após negociação do deputado do PSD com a bancada governista. Os aliados de Roriz preferiram consultar a Secretaria de Fazenda antes de derrubar o veto - matéria mais importante para o comércio na pauta pós-Carnaval da Câmara Legislativa.

A ocupação das áreas públicas pelos lojistas foi permitida por lei aprovada na Câmara Legislativa em 1994, quando o GDF reconheceu que o espaço projetado para o comércio na criação de Brasília tornara-se insuficiente. (Cont. Pág. 7)

# Câmara decide valor de taxas para uso de...

DF - Comércio  
Rodrigo Ledo  
de Brasília

Segundo o deputado Alírio Neto, o reajuste de taxas na atual gestão inviabilizou o pagamento dos usuários de áreas públicas - que são, principalmente, bares, restaurantes, supermercados e lojas de material de construção.

"Os preços são quase os cobrados por shoppings. No Guará, por exemplo, a tarifa passou de cerca de R\$ 0,40 por m<sup>2</sup> utilizado para R\$ 4. Aquela administração regional faturava, em média R\$ 80 mil ao mês, e hoje, por causa da inadimplência, não fatura nem R\$ 20 mil", disse o deputado.

O subsecretário da Receita,



César Gonçalves

Eduardo de Almeida Neto, e técnicos do setor jurídico da Secretaria de Fazenda disseram desconhecer os cálculos da cobrança e número de empresas inadimplentes. O superintendente das administrações regionais, Herman Ted, não foi loca-

lizado. A diretora de Licenciamentos da administração do Lago Sul, Bruna Pinheiro, ratificou a dificuldade das empresas para pagar as taxas - estipuladas em tabela abrangendo por grupos as várias regiões do DF. "As tarifas dos Lagos Sul e Norte e Plano Piloto são as mais altas. Temos de 30% a 40% dos empresários ocupando áreas públicas, com potencial de arrecadação de R\$ 100 mil por mês. Mas só arrecadamos R\$ 30 mil", afirmou Bruna.

O presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes, César Gonçalves, estima que 80% dos inadimplentes estejam em processo de inscrição na dívida ativa

do GDF. "Do jeito que está, o débito é impagável. Quando uma taxa pública não pega, algo está errado. Nesse caso, a taxa está errada", reclamou Gonçalves.

A lei vetada pelo governador Roriz propõe, além de anistia de multas e parcelamentos da dívida principal em até 45 meses, como tarifa da utilização de espaços 1/12 da taxa de IPTU paga pelos comerciantes.

Segundo o deputado Wilson Lima, o veto de Roriz seria mantido se fosse apreciado ontem. "A bancada governista pediu para consultar a Secretaria de Fazenda. Acho que, na quinta, conseguiremos derrubar o veto", disse Lima.

2000 MAR 31

GAZETA MERCANTIL